



A FERAESP mantém canal aberto aos empregados assalariados rurais do estado de São Paulo e sindicatos.
Viu ou vivenciou alguma irregularidade no ambiente de trabalho ?

Denuncie em nossos canais de comunicação:
feraesp@feraesp.org.br
WhatsApp: (14) 99873-9557 ou em seu Sindicato.

A federação e os sindicatos irão orienta-los(a).

Destaque

Feraesp na Fruit attraction
2026 Pag. 2

Siga as redes sociais
da FERAESP



Inflação
Mês de referência: fevereiro de 2026
Últimos 12 meses

INPC: 3,35%
IPCA: 3,81%



O fortalecimento das entidades sindicais é essencial para garantir direitos, ampliar conquistas e dar voz organizada aos trabalhadores(as)

FERAESP participa da cerimônia de abertura da safra do café



**FERAESP participa da cerimônia de abertura
da safra do café no Estado de São Paulo**

A Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) participou, no dia 20 de março de 2026, da cerimônia oficial de abertura da safra do café no Estado de São Paulo, realizada no município de Franca/SP. O evento reuniu importantes lideranças institucionais, sindicais e representantes do setor produtivo, consolidando-se como um espaço estratégico de diálogo e construção coletiva.

SISTEMA DE ARRECADAÇÃO FERAESP

Sistema para emissão de guias sindicais para atender os sindicatos.

No qual, podem ser emitidas a Contribuição sindical, Confederativa, Assistencial e Mensalidade Social.

O sistema é gratuito para os sindicatos da categoria, através do site: www.feraesp.org.br no link "Sistema de geração de Guias".

Para maiores esclarecimentos contatar o setor de arrecadação, através do e-mail: tesouraria@feraesp.org.br ou pelo telefone (14) 3879-5198.

INFORMATIVO FERAESP

EXPEDIENTE: Órgão informativo mensal da FERAESP - Diretoria Executiva
Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo.

CNPJ: 58.998.915/0001-18

Rua Azarias Leite, 16-30. Vila Mesquita - CEP: 17014-400. Bauru/SP

Telefone: (14) 3879-5198 - WhatsApp (14) 99873-9557 - E-mail: feraesp@feraesp.org.br

Área Técnica: Cristiano Augusto Galdino - Corecon - 35802/SP



A cerimônia contou com a presença do Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, além de membros do Pacto pelo Trabalho Decente na Cafeicultura, reforçando o compromisso conjunto com a promoção de condições dignas de trabalho no campo. A iniciativa destaca a importância de políticas públicas e ações integradas voltadas à valorização dos empregados assalariados rurais, especialmente em uma das cadeias produtivas mais relevantes do país.

Representando a FERAESP, estiveram presentes o presidente Jotalune Dias dos Santos (Jota) e o secretário-geral Aluísio dos Santos, que acompanharam as discussões e reafirmaram o papel da entidade na defesa dos direitos dos empregados assalariados rurais.

O encontro foi marcado pelo fortalecimento das articulações entre governo, entidades sindicais e demais atores envolvidos na cafeicultura, promovendo um ambiente de integração e cooperação em torno do trabalho decente, da segurança no trabalho e da valorização da mão de obra dos empregados assalariados rurais.

O presidente da FERAESP destacou a relevância da participação institucional e do diálogo com o governo federal: “Este é um momento fundamental para avançarmos na garantia de direitos e na construção de um ambiente de trabalho mais justo no campo. A presença do ministro Luiz Marinho reforça o compromisso do governo com os empregados assalariados rurais e fortalece ainda mais essa luta coletiva por dignidade e respeito no setor cafeeiro.”

Presidente da FERAESP debate mercado de trabalho rural e Bolsa Família na Fruit Attraction São Paulo 2026



Trabalhar ou perder o benefício? Debate na Fruit Attraction São Paulo 2026 destaca saída voluntária do Bolsa Família e desafios do emprego no agro

O presidente da FERAESP, Jotalune Dias dos Santos (Jota), participou no dia 25 de março de 2026 do painel “Trabalhar ou perder o benefício?”, realizado durante a Fruit Attraction São Paulo 2026, na Expo São Paulo. O debate contou ainda com Jorge de Souza, gerente técnico da Abrafrutas, e Rodrigo Costa, advogado do sistema CNA/SENAR.

Durante sua fala, Jota destacou que o debate sobre programas sociais precisa considerar a realidade do trabalhador. Segundo ele, “quem recebe o Bolsa Família não quer viver de benefício — quer oportunidade de trabalho”. O dirigente citou que, nos últimos três anos, mais de 2 milhões de pessoas deixaram o programa após conseguirem emprego e melhora na renda. “Isso prova que as pessoas querem trabalhar, ter dignidade e renda própria”, afirmou.



O painel também abordou a realidade do mercado de trabalho. Dados do Novo Caged mostram que o Brasil criou 1,27 milhão de empregos formais em 2025, com destaque para o setor de serviços e para a inserção de jovens de até 24 anos, que representam cerca de 80% das contratações. No entanto, o saldo anual foi menor que o de 2024 e o mais fraco desde 2020, indicando desaceleração do mercado.

No setor agropecuário, a situação é ainda mais complexa. O agro teve forte queda de postos em dezembro e segue marcado por alta rotatividade, contratos sazonais e vínculos curtos. Esse cenário dificulta a estabilidade do trabalhador, reduz a capacidade de organização sindical e pressiona salários, segundo análise apresentada pela FERAESP.

Para Jota, o desafio é construir políticas que combinem inclusão social e geração de empregos dignos. “É preciso fortalecer o trabalho formal, melhorar salários e garantir condições dignas no campo, para que quem quer sair do Bolsa Família encontre trabalho decente e não precise voltar ao programa”, afirmou.

DIAP: Salários avançam acima da inflação em 2026 e expõem fôlego das negociações coletivas



Levantamento do Dieese mostra maioria expressiva de ganhos reais, com protagonismo do setor de serviços e melhora frente ao histórico recente

São ganhos reais que dominam o cenário no início do ano. Essas negociações salariais começaram em 2026 em patamar elevado para os trabalhadores. É o que revela o boletim do Dieese “De Olho nas Negociações” # 66, de março, cujos resultados vão até fevereiro.

Os dados do Dieese indicam que 89,1% dos reajustes registrados no primeiro trimestre superaram a inflação medida pelo IBGE por meio do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Outros 8,1% ficaram exatamente no índice inflacionário, enquanto apenas 2,8% resultaram em perdas reais. O resultado marca inflexão relevante frente ao desempenho acumulado das últimas 12 datas-bases, quando 77% dos acordos haviam garantido ganhos acima da inflação.

Desempenho robusto, apesar de sinais de desaceleração

Mesmo com o quadro positivo, os dados revelam nuances. Em fevereiro, houve aumento dos reajustes abaixo da inflação — de 2,2% em janeiro para 7,8% — e redução da variação real média, de 1,92% para 1,44%.

Ainda assim, o mês manteve desempenho entre os melhores do último ano, consolidando tendência de recuperação do poder de compra via negociação coletiva.

Outro indicador reforça essa dinâmica: quase a totalidade dos reajustes foi aplicada integralmente na data-base, com apenas 0,9% parcelados e 7% escalonados conforme faixa salarial ou porte das empresas.

Serviços lideram, comércio fica para trás

A análise setorial evidencia desigualdades. O setor de serviços desponta como principal motor dos ganhos reais, com 91,7% das negociações acima da inflação. Praticamente empatado com a indústria (91,6%).

Na outra ponta, o comércio apresentou desempenho mais fraco, com apenas 66,7% dos reajustes superando o INPC. O setor rural concentrou o maior percentual de perdas reais (21,1%), revelando maior fragilidade nas negociações.

Em termos de ganho médio, os serviços também lideram (2,11%), seguidos por indústria (1,73%), comércio (1,15%) e setor rural (1,09%).

Regiões periféricas surpreendem

O recorte regional mostra dado relevante: Norte e Nordeste registraram os melhores resultados proporcionais, com 92% dos reajustes acima da inflação em ambas as regiões.

A variação real média foi mais elevada no Sudeste (2,13%), enquanto o Norte apresentou o menor ganho médio (1,41%).

Ainda assim, todas as regiões superaram o desempenho médio do ciclo anterior, indicando melhora disseminada.

Pisos salariais ainda limitam avanço

Apesar do ganho real nos reajustes, o patamar dos pisos salariais segue baixo. No primeiro bimestre de 2026, o valor médio foi de R\$ 1.817, com mediana de R\$ 1.704, abaixo dos níveis registrados no acumulado das últimas 12 datas-bases.

O setor de serviços lidera também nesse indicador, com piso médio de R\$ 1.860, enquanto os maiores valores regionais aparecem no Sul, tanto na média (R\$ 1.936) quanto na mediana (R\$ 1.900).

Recuperação parcial ou novo ciclo?

Os dados indicam recuperação importante do poder de compra dos trabalhadores, impulsionada por negociações coletivas mais favoráveis e menor pressão inflacionária recente.

No entanto, o quadro ainda é heterogêneo. Setores como comércio e rural seguem mais vulneráveis, e os pisos salariais continuam limitando o impacto distributivo dos reajustes.

Avanço e limites estruturais

O resultado de 2026 reforça o papel das negociações coletivas como instrumento central de recomposição salarial. Mas também evidencia seus limites: ganhos reais expressivos convivem com baixos salários e desigualdades setoriais.

No fundo, os números revelam paradoxo recorrente no mercado de trabalho brasileiro: melhora conjuntural sem ruptura estrutural. A renda cresce, mas ainda sobre base estreita.

E é nesse intervalo entre avanço e insuficiência que se desenha o próximo capítulo das disputas por valorização do trabalho no País.

Fonte: www.diap.org.br

Desigualdade racial ainda molda o Brasil em renda, educação e oportunidades, aponta Ipea



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Um estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que a desigualdade racial continua sendo um dos principais fatores estruturais que moldam a sociedade brasileira.

Apesar de avanços sociais nas últimas décadas, as diferenças entre pessoas negras e brancas seguem presentes em diversas áreas, como renda, educação, saúde e acesso ao mercado de trabalho.

De acordo com o levantamento, a população negra ainda recebe, em média, rendimentos significativamente inferiores aos da população branca, chegando, em alguns casos, a quase metade.

Além disso, negros e negras estão concentrados nas faixas de menor renda, enquanto permanecem sub-representados entre os mais ricos, evidenciando a persistência de um cenário de desigualdade histórica.

O estudo destaca que esse quadro é resultado do racismo estrutural, que limita o acesso da população negra a serviços públicos de qualidade e a melhores oportunidades. As dificuldades se refletem desde a educação até a inserção no mercado de trabalho, contribuindo para a reprodução da desigualdade ao longo das gerações.

Outro ponto de destaque é a desigualdade de gênero associada à raça. As mulheres negras aparecem como o grupo mais vulnerável, enfrentando os menores rendimentos e as piores condições de vida, resultado da sobreposição de discriminações.

O Ipea conclui que, embora políticas públicas tenham contribuído para avanços importantes, a desigualdade racial ainda é um grande desafio para o desenvolvimento do país. O enfrentamento desse problema, segundo o estudo, exige ações estruturais e contínuas, capazes de ampliar o acesso a direitos e oportunidades para a população negra em todo o Brasil.